

Abertura Comercial: Uma análise das potencialidades e dos limites para o crescimento econômico do Estado do Ceará

Ana Maria Fontenele, Maria Cristina Pereira de Melo e Antônio Luiz Abreu Dantas

RESUMO

Este trabalho objetiva apresentar alguns resultados do comércio exterior do Estado do Ceará. Examina as possibilidades e os limites de crescimento para o Estado através da expansão de suas vendas para o exterior. Identifica-se uma alta probabilidade de fazer valer a relação de causalidade que descreveria um círculo virtuoso no Ceará: a partir de estímulos à exportação o crescimento do produto, o qual traria a necessidade do fortalecimento do Sistema de Inovação, necessário para o aumento da competitividade que levaria à expansão das exportações e assim por diante.

1. Introdução

Alguns dos instrumentos dinamizadores do fenômeno da globalização têm sido a queda generalizada das barreiras alfandegárias combinada à especialização econômica, à multiplicidade de acordos bilaterais e à construção de áreas de livre troca. Esses mecanismos contribuíram consideravelmente, ao lado dos deslocamentos industriais, para que ocorresse um certo dinamismo no fluxo do comércio mundial.

No caso do Brasil, a liberalização do comércio externo trouxe efeitos no processo de contestação dos preços e da qualidade dos *tradeables* produzidos internamente e, de uma certa maneira, forçou uma reestruturação do aparelho produtivo industrial da economia. A abertura comercial ofereceu a oportunidade de suprimento de insumos industriais no mercado externo a um mais baixo custo e de uma melhor qualidade, impondo atualização tecnológica – fonte importante de competitividade – aos produtores domésticos. De fato, as importações brasileiras, que apresentavam tendência declinante na década de 80, deram expressivo salto na primeira metade da década de 90 crescendo em ritmo mais acelerado que as exportações no mesmo período. Como consequência, a participação do saldo da balança comercial no total do comércio mundial do país decresceu sistematicamente na década de 90, passando a ser negativa já em 95 (MDIC, 2002).

Ao se fazer referência ao crescimento econômico, sua relação com a abertura econômica é um dos pontos de fortes divergências na literatura econômica. Evidências que comprovem a influência do comércio internacional sobre o crescimento econômico não permitem conclusões definitivas. Alguns autores divergem quanto aos efeitos e à

existência dessa relação, outros aprofundam a discussão ao condicionar os efeitos do processo de abertura à forma e ao ritmo em que este é realizado.

De uma forma geral, aqueles que defendem a relação positiva tentam demonstrar que economias abertas tendem a convergir mais rapidamente para um estado de crescimento do que economias fechadas (Sachs e Warner, 1995) e sustentam que a abertura comercial e o livre movimento de fatores e tecnologia contribuem potencialmente para o crescimento.

No caso do Brasil, o perfil de sua estrutura produtiva e do seu comércio exterior está relacionado diretamente com a dificuldade estrutural de se realizar superávits na balança comercial o que, por sua vez, cria obstáculos sérios ao crescimento econômico do país. Aliado a isso, verifica-se que o desempenho tecnológico das empresas brasileiras explica, em grande medida, o perfil da pauta de exportação. À primeira vista, constata-se forte concentração das exportações em produtos cuja intensidade em energia, em trabalho e em recursos naturais é expressiva, contrariamente ao verificado na pauta de importações cujo volume maior incide em produtos que usam intensivamente insumos tecnológicos.

Estes resultados de alguma forma também referendam a posição de que o processo de abertura das economias é assimétrico com viés de *integração a qualquer custo* para os países em desenvolvimento sem possibilidades de sofisticar o protecionismo como fazem os países desenvolvidos que determinam o próprio padrão de consumo e, portanto, da demanda mundial. Este fato pode criar dificuldades adicionais para o crescimento das exportações de países em desenvolvimento trazendo rebatimentos para suas regiões geográficas e seus estados.

Ao se analisar a competitividade da economia brasileira constata-se que ela está assentada basicamente em produtos intermediários, em produtos originários do agronegócio e em produtos que utilizam na sua fabricação mão-de-obra intensiva. No que se refere ao comércio exterior associado à atividade manufatureira, exclusivamente, o Brasil, nos anos 90, apresentou particularidade importante em relação ao resto do mundo: a participação das exportações dessa categoria de produtos aumentou de maneira significativa na pauta geral. Esse fato foi determinado pelo desempenho revelado fundamentalmente dos setores *automobilístico* e de *aeronaves*. De seu lado, a participação das importações de produtos de média-alta intensidade tecnológica permaneceu estável ao longo do mesmo período.

Partindo destas considerações, este trabalho objetiva apresentar alguns resultados do comércio exterior do Estado do Ceará. Para tal, o Estado é aqui apresentado como um espaço territorial inserido na Região mais pobre do país. Pretende-se examinar suas possibilidades e os limites de crescimento pela expansão de suas vendas para o exterior.

2. Aspectos Metodológicos

A exposição da capacidade exportadora aqui vista como propulsora de crescimento econômico do Estado do Ceará será realizada mediante a manipulação do conceito de competitividade sistêmica definida pela caracterização do ambiente externo aos setores apresentados. A performance externa dos setores¹ será vista pela ótica específica da competitividade revelada tendo em vista o resultado do comércio exterior. Esta visão de competitividade mostra um resultado (expresso no comércio exterior) que de alguma forma revela esse ambiente externo que pode ter sido construído (ou modificado) por ações de políticas econômicas com o objetivo específico de promover tal competitividade ou proporcionar esta como consequência. Tendo isso em vista não se trata aqui de analisar (ou apresentar) os diversos planos ou decisões políticas que fizeram o contorno sistêmico que possa ter originado a competitividade.

O conjunto de indicadores de competitividade expressa resultados do comércio já realizados e não infere se o padrão revelado pelo comércio é ótimo ou não. A coleção de indicadores aqui utilizada está inspirada em Balassa (1965 e 1977) e em Lafay (1987) e são apresentados a seguir:

1. *Grau de Abertura*: participação do comércio mundial cearense no PIB da Região (**GA**).

2. *Taxa simples de cobertura das importações cearenses (X/M)* e *Taxa de Cobertura das Importações* cearenses relativa ao mesmo indicador para a Região Nordeste (**TCM**).

3. *Market Share*: participação do comércio mundial nordestino no comércio mundial brasileiro (**MS**).

¹ **Setores** aqui são vistos como *grupo de produtos* conforme classificados pela Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). Para maiores detalhes acessar: www.mdic.gov.br.

4. *Contribuição ao Saldo da Balança Comercial*²: do Ceará para o Nordeste ou de um setor exportador para a balança estadual (CSBC).

5. *Coeficiente de especialização* (participação nas exportações) de um setor exportador cearense relativo ao setor exportador nordestino (CSR).

O movimento desses indicadores sinaliza a competitividade do setor que será posta diante das condições sistêmicas.

O trabalho apresenta além da *introdução* e dos *aspectos metodológicos*, quatro seções. Na primeira, estão presentes as características gerais do Estado do Ceará denominado aqui de *panorama estadual*; na segunda, estão as potencialidades e limites sistêmicos vistos por indicadores macroeconômicos, sociais e de ciência e tecnologia; na terceira, a evolução do comércio externo estadual e, na última, algumas conclusões.

2. Panorama estadual: alguns resultados recentes

A evolução do grau de abertura da economia brasileira não se rebate uniformemente para todas as regiões político-geográficas que compõem o país. A intensidade e a natureza da participação de cada uma das citadas regiões no comércio mundial está diretamente relacionada com os respectivos aparelhos produtivos que, por sua vez, traduzem a especialização regional captada pelas estaduais. Assim, as regiões reagem de forma diferenciada quando expostas, por exemplo, aos choques de demanda. Nesse contexto, a Região Nordeste possui algumas claras vantagens comparativas para a realização de comércio externo: tem acesso marítimo fácil e atividades exportadoras em alguns setores de demanda internacional dinâmica. No entanto, a Região enfrenta sérias dificuldades no que se refere a um Sistema de Inovação imaturo, o que acaba por impedir o avanço de alguns de seus programas.

Ao se observarem alguns indicadores que ajudam a descrever o sistema regional de inovação, pode-se constatar, no que diz respeito aos recursos dos governos estaduais aplicados em C&T, que a Região Nordeste captava 6,6% do total para o Brasil nos dados preliminares para o ano 2000 e continuava como a terceira das grandes regiões brasileiras nessa participação, ficando atrás do Sudeste (73%) e do Sul (15%) (MCT,

² Indicador que mede a distância entre a contribuição efetiva do setor (ou do Estado) para a balança comercial do Estado (ou da Região) e a contribuição teórica caso todos os setores exportadores (estados) contribuíssem da mesma forma para o Estado (Região).

2002). Esse comportamento é bastante diferenciado entre os estados nordestinos, no entanto, vale salientar que, para todos os estados, o dispêndio dos governos em C&T com relação às suas respectivas receitas totais variava em 1997 em um intervalo entre 0,2% (Piauí) a 0,96% (Pernambuco) excetuando-se o Estado da Paraíba (com 1,36%); o Ceará, naquele ano, apresentava um indicador de 0,79%, o Nordeste, 0,54% e o Brasil, 0,92%. De uma certa forma, se expressa, no rebate regional, o comportamento para o país como um todo (MCT, 2002).

Considera-se que a melhoria do desempenho internacional, já revelada para alguns setores, assim como o surgimento de outros no que concerne às condições de competitividade internacional, passa obrigatoriamente pela inserção da dimensão tecnológica nas estratégias de competição dos produtos desses setores e nos programas de desenvolvimento dos governos estaduais.

No Nordeste, o Estado do Ceará possui algumas das vantagens comparativas acima referidas para a realização de comércio externo no que se refere, mais precisamente, ao acesso marítimo e atividades exportadoras em alguns setores dinâmicos. Como para o Nordeste, o Estado enfrenta dificuldades devidas à imaturidade de seu Sistema de Inovação.

Em 1997, o Estado do Ceará respondia por 9% das exportações nordestinas e alcança em 2001 uma participação de mais de 12% das exportações da Região. Era o quarto Estado exportador do Nordeste tendo seu coeficiente de importação triplicado entre 1991 e 2000. Em 2001, passa para o terceiro lugar no *ranking* regional superando o Estado de Pernambuco. A participação de suas importações no total regional é superior à sua participação no PIB regional, apresentando um comportamento contrário para a participação de suas exportações. O Estado do Ceará reduziu a taxa simples de cobertura de suas importações (valor das exportações/valor das importações) em torno de 50%, entre 1991 e 2001, expressando um aumento em suas exportações bem aquém das importações.

Como resultado desta performance, a participação cearense no comércio exterior da Região vem aumentando gradativamente, apesar de sua *contribuição ao saldo da balança comercial*³ nordestina, já negativa em 1991, vir se degradando

³ . Trata-se de um indicador de vantagem comparativa revelada que compara o saldo relativo efetivo com um saldo teórico determinado pela repartição proporcional do saldo total da Região pelos estados do Nordeste.

consideravelmente uma vez que se revela aberto ao comércio externo, mais precisamente devido ao crescimento de suas importações. Este é um resultado esperado já que tradicionalmente o Ceará nunca foi caracterizado como um Estado exportador quando comparado a outros da Região Nordeste, como o Maranhão e a Bahia.

A participação das importações na oferta global do Estado sofreu um aumento de 72% entre 1991 e o ano 2000 o que, conseqüentemente, aumentou a participação do volume de seu comércio no setor externo nordestino. Obviamente, grande parte desse comportamento deveu-se à condução da política econômica em nível nacional durante o Plano Real que cobre uma parte significativa do período ao qual nos referimos. A valorização da moeda nacional, imposta inicialmente pelo ajuste do Plano, encarecendo em termos relativos o produto doméstico, de alguma forma, impediu um desempenho melhor das exportações.

Supõe-se que, de uma forma geral, no caso do Nordeste, e, de forma específica, para o Ceará, uma melhoria do desempenho internacional, já revelada para alguns setores, assim como o surgimento de outros no que concerne às condições de competitividade internacional, passa obrigatoriamente pela inserção da dimensão tecnológica nas estratégias de competição dos setores e nos programas de desenvolvimento dos governos.

Para uma melhor avaliação destas questões apresenta-se, na próxima seção, o Estado do Ceará, através de alguns condicionantes sistêmicos, mais precisamente pela utilização de alguns dos principais indicadores macroeconômicos e de nível de desenvolvimento do Estado. Aliado a esses indicadores expõe-se o estado da Ciência e Tecnologia no Ceará. Com isso, se pretende captar o ambiente e as condições que estão postas pelo estado da política econômica em nível nacional e pelo próprio resultado sócio econômico estadual. Essas condições fornecem as restrições que, associadas à organização político-econômica brasileira, determinam o quadro no qual está inserido o movimento de possíveis decisões de políticas de comércio exterior no Estado. Ou seja, é nesse ambiente onde se dão os resultados do comércio exterior apresentados neste trabalho. Esses resultados serão frutos do comportamento que expressa a reação do Estado às políticas de abertura comercial impostas para a economia brasileira e da implementação de políticas locais de estímulos a alguns setores, além daquelas implementadas para garantir a infra-estrutura, mesmo que no longo prazo.

3. Estado do Ceará: potencialidades e restrições sistêmicas da década de 90

A exposição do panorama sistêmico para o Estado do Ceará no período em análise proporciona uma avaliação da capacidade exportadora do Estado e do comportamento de seus principais setores exportadores a partir de 1990. Esse quadro sistêmico será completado com o tratamento dos condicionantes de ciência e tecnologia que, adicionados aos limitantes macroeconômicos aqui expostos, desenham o ambiente ao qual nos referimos acima.

3.1. Movimento de indicadores macroeconômicos

Como resultado da implementação de políticas aqui aludidas, dentre as economias estaduais, a do Ceará apresentou uma performance superior às demais do Nordeste, na última década. Fazem parte desse comportamento diferenciado, o ajuste fiscal das contas públicas, o crescimento dos investimentos públicos e privados e a razoável performance do crescimento econômico nas áreas urbanas e nos setores industrial e de serviços.

Esse desempenho favorável no crescimento econômico pode ser acompanhado na Tabela 1. O PIB do Ceará apresenta evolução de 42,8% no período 1990/2000, indicando taxa média anual de 3,20%, contra um desempenho da economia brasileira de 30,40% e 2,44% respectivamente (SEFAZ-CE, 2002 e IPLANCE, 2002).

Em 1997, o PIB per capita do Ceará indicava 2.287 dólares e chegava a 1.526 dólares em 2000, indicando recuo de 33%, parte deste decréscimo ocorrendo devido à própria desvalorização cambial no último ano referido. No entanto, constatou-se melhoria substancial na qualidade de vida da população cearense permitindo crescimento razoável no mercado de bens de primeira necessidade e até pequena evolução nos mercados de bens mais sofisticados.

Tabela 1
Taxa de Crescimento Anual do Produto Interno Bruto: 1989-2000 (em %)

ANOS	BRASIL	CEARÁ
1989	-0,03	-0,25
1990	0,62	1,48
1991	0,00	8,19
1992	5,51	2,03
1993	5,19	0,72
1994	3,00	6,25
1995	3,24	1,52
1996	3,82	3,93
1997	0,12	3,62
1998	0,60	1,24
1999	0,80	2,94
2000	4,18	4,55
1990-2000	30,40	42,80
Média	2,44	3,29

Fonte: SEFAZ-CE / SUCON

O dinamismo econômico do aparelho produtivo estadual apresenta substancial modificação na distribuição setorial do PIB cearense. Essa modificação (Tabela 4) evidencia o esforço governamental ao adotar uma agressiva política de atração de investimentos industriais. Conforme informações constantes na Tabela 4, em 1991, a agropecuária cearense correspondia a 11% do PIB estadual atingindo 6,4% em 1997, 5,6% em 1998 e o menor valor da década é registrado em 2000, com apenas 5,58%.

Tabela 2
Ceará: Produto Interno Bruto per capita (em US\$)

Anos	PIB p/c
1997	2.287
1998	2.242
1999	1.465
2000	1.527

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil*.

* PIB p/c em dólares calculados utilizando a taxa de câmbio média para o período.

A redução da atividade agropecuária foi influenciada pela ocorrência de vários invernos irregulares e vários anos de seca, contribuindo para perda superiores a 50% da safra estadual de grãos, destacando o milho e o feijão.

Vale mencionar que a safra estadual de grãos, segundo estimativas do IBGE, alcançou, em 2001, apenas 403,3 m/toneladas, volume inferior em 61,19% à produzida em 2000. Analisando-se por produto, cabe ressaltar as quedas observadas na produção do algodão herbáceo (- 83,7%), arroz (- 65,6%), milho (- 61,5%) e ferro (- 55,4%). Por outro lado, cabe ressaltar que algumas atividades rurais sobressaíram-se no final da década em análise, apresentando incrementos significativos, como a de *camarões em cativeiro*.

O setor industrial, durante a década de 90, passou a se constituir na verdadeira locomotiva da economia cearense. Apesar de registrar crescimento negativo em vários anos da década, em outros apresentou variações positivas bastante significativas, trazendo como resultado geral, para os anos noventa, um saldo líquido forte o suficiente para mudar a composição estrutural do produto do Estado (Tabela 4).

Alicerçado numa agressiva política de incentivos fiscais, como força de atração de novas indústrias e a guerra fiscal praticada pelos estados brasileiros, notadamente os nordestinos, merece destaque o desempenho do PIB industrial cearense. De uma participação de 33,96% em 1991, o setor industrial cearense, em 2000, contribuiu com 41,15% para o PIB total do Estado. Durante esse período, o setor apresentou algumas taxas de crescimento negativas e inferiores ao Nordeste e ao Brasil, mas a participação setorial foi sempre crescente na década, conforme pode ser visto na Tabela 4.

Pode-se observar, ainda na Tabela 4, que tanto o setor agropecuário com o de serviços apresentam quedas nas participações do PIB estadual. O setor de serviços, por exemplo, passou de 55,06% em 1991 para 53,27% no final da década. No ano 2000, o setor de serviços apresentou um crescimento de 3,06%, compensando, em parte, os desempenhos negativos experimentados pelos setores agropecuário e industrial e evitando maior redução da atividade econômica estadual.

Tabela 3
Crescimento da Produção Industrial (Variação anual jan-dez)

Anos	Nordeste	Ceará	Pernambuco	Bahia
1991	6,12	-9,69	8,32	-2,16
1992	7,63	13,72	9,62	4,03
1993	-0,20	-9,95	3,84	4,69
1994	27,22	39,68	50,67	21,62
1995	-4,95	-9,98	-4,99	0,94
1996	3,70	0,38	1,27	3,24
1997	5,04	-6,77	18,10	6,87
1998	2,96	4,58	0,74	2,35
1999	1,55	8,22	-9,17	-1,90
2000	8,70	12,02	14,96	-1,26
2001	-2,07	-8,33	6,65	2,61

Fonte: Banco Central do Brasil, 2003.

Em um nível mais desagregado, em sub-setores, convém destacar o bom desempenho experimentado, no período sob análise, para o segmento de *comunicações*, com um crescimento de 12,49%, *alojamento e alimentação* (8,84%) e *transportes* (6,90%) (IPLANCE, 2002).

O turismo vem se consolidando no Ceará como uma atividade de elevada importância do ponto de vista econômico e social e contribui diretamente para a geração adicional de renda, emprego e tributos. Assim, cabe ressaltar o crescimento de 11,79% observado no número de hóspedes, de janeiro a dezembro de 2000 e o aumento de 7,71% no emprego formal do setor. No setor de transportes, convém sublinhar o crescimento de 6,89% observado no número de passageiros embarcados por via aérea, a expansão de 9,51% no volume de cargas aéreas transportadas e o aumento de 4,10% no consumo de óleo diesel e de 7,71% no emprego formal do setor.

Como já colocado antes, outro indicador relevante, no aspecto macroeconômico, foi o nível de concentração da renda. Conforme mostra a Tabela 5 a seguir, o índice de Gini passou de 0,67% em 1990 para 0,61% em 1999, enquanto isso, o Brasil apresentou um índice de 0,62% e de 0,60% para os mesmos anos. Adicione-se a esses resultados, o fato de que as políticas compensatórias de rendas, adotadas no final do período analisado, não apresentaram resultados satisfatórios, ou seja, os indicadores sociais e econômicos continuam a indicar que a grande maioria da população cearense e nordestina não participa do mercado de bens destinados aos portadores de renda média mais elevada.

Tabela 4
Produto Interno Bruto do Ceará: Participações dos Setores Econômicos (em %)

Anos	Agropecuária	Indústria	Serviços
1991	10,98	33,96	55,06
1992	10,52	33,34	56,14
1993	7,20	35,32	57,48
1994	12,12	35,45	52,43
1995	9,66	34,49	55,85
1996	9,64	33,89	56,47
1997	6,36	38,07	55,57
1998	5,62	40,08	54,30
1999	5,71	39,26	55,03
2000	5,58	41,15	53,27

Fonte: IPLANCE, 2002.

Com relação ao desemprego aberto, a taxa média foi de 14,8%⁴ em 1998. Apesar do crescimento dos setores econômicos, apresentado na última década, o desemprego continuou registrando taxas crescentes. Como resultado, para a Região Metropolitana de Fortaleza, em 2000, essa taxa foi de 13,7% e de 17,1% em 2001 (IPANCE, 2002). A política industrial, localizada em alguns setores, implantada no Estado nas últimas décadas não foi suficiente para reduzir essa taxa. Adicione-se ainda o fato de que, com o incentivo fiscal dado apenas às novas empresas, as outras perderam em competitividade e muitas delas faliram, principalmente nos setores *têxtil e confecções*.

Para a melhoria da arrecadação dos impostos estaduais, a SEFAZ-CE salienta a relevância das diretrizes governamentais no sentido de implantação de uma gestão pública, alicerçada também na austeridade fiscal e na meta anunciada de desenvolvimento sustentável, o que levou o Ceará a alterar seu perfil econômico, graças a uma agressiva estratégia de atração de empreendimentos industriais. Analisando a arrecadação de receitas do Estado, por grupo de setor econômico, nos exercícios de 1998 a 2000, por exemplo, constata-se o crescimento de alguns setores como: *química*,

⁴. Percentual da *população economicamente ativa* que não trabalhou e procurou emprego nos últimos dias.

indústria e/ou serviços de utilidade pública, comunicação e comércio varejista e atacadista.

Tabela 5
Desigualdade de Renda – Índice de Gini

Período	Ceará	Brasil
1990	0,67	0,62
1992	0,62	0,59
1993	0,63	0,63
1995	0,62	0,60
1996	0,63	0,62
1997	0,62	0,62
1998	0,62	0,61
1999	0,61	0,60

Fonte: IBGE, 2002.

Salienta-se que, considerando a política estadual, boa parte do percentual orçamentário destinado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico está ligada à liberação para o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI), e grande parte destes, destinados às empresas exportadoras. Além disso, chama-se atenção para o contexto macroeconômico que, no período de 1994 a 2000, coincidiu com a estabilização de preços do Plano Real. A abrupta redução das taxas de inflação (e, conseqüentemente, do imposto inflacionário), proporcionou elevação real da renda e repercutiu imediatamente sobre o nível de atividade econômica, possibilitando, dessa forma, o ingresso de contingente expressivo de consumidores que passaram a demandar mais bens e serviços que anteriormente.

No que se refere às condições sociais no Ceará, a década de 90, apresentou resultados positivos em setores que melhoraram a qualidade de vida dos cearenses, notadamente nas condições de saúde, saneamento básico, habitação e estrutura urbana, assistência social, etc. Essa melhoria, embora positiva, ainda se apresenta insuficiente, principalmente ao se compararem indicadores sociais do Estado com outras regiões do Brasil, notadamente os Estados do Sul e do Sudeste.

Os resultados dessa melhoria na qualidade de vida do cearense podem ser visualizados também pelos resultados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) recentemente publicado pelo IPEA. Pelos resultados do IDH, o Estado do Ceará foi o que apresentou um dos maiores crescimentos, passando de 0,597 em 1991 para 0,699 em 2000, indicando um aumento de 17% (Tabela 6). Essa performance provocou uma mudança no *ranking* dos Estados brasileiros, passando o Ceará da 23ª posição para a

19ª, onde o Distrito Federal ocupa a 1ª posição (IDH de 0,844) fortemente influenciado pela renda *per capita* de Brasília, a mais alta do Brasil. No Nordeste, apenas Rio Grande do Norte (0,702) está em situação mais favorável que o Ceará.

A maior contribuição para o IDH do Ceará deve-se à Educação, cujo índice foi de 0,772, expressando, nesse atributo, crescimento de 27,9% entre 1991 e 2000, o quarto melhor resultado regional quanto à melhora desse indicador no período (IPEA,2002). De seu lado, a menor contribuição foi da Renda *per capita*, ou seja, 0,616, quinto melhor crescimento entre 1991 e 2000. O índice de Saúde e Sobrevivência registrou um valor de 0,709 em 2000, segundo crescimento dentre os estados do Nordeste e o melhor crescimento relativo à Região como um todo, entre os índices que compõem o IDH (IPEA,2002).

Na próxima seção, apresenta-se um quadro do Sistema Estadual de Inovação para o Ceará. O objetivo central é, sem se perder de vista o objeto de estudo, ou seja, a expansão das exportações do Estado, verificar a existência dos processos de *regularização*, de *viabilização* e de *implementação de inovações* que fazem parte desse Sistema.

Tabela 6
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) (Variação em %)

Ranking segundo melhora	IDHM_1991	IDHM_2000	Distância para o melhor	Distância para o pior	Var 1991-2000
Alagoas	0,535	0,633	- 0,212	0,000	18,3
Maranhão	0,551	0,647	- 0,198	0,014	17,4
Ceará	0,597	0,699	- 0,146	0,066	17,0
Paraíba	0,584	0,678	- 0,167	0,045	16,1
Bahia	0,601	0,693	- 0,151	0,061	15,3
Piauí	0,587	0,673	- 0,171	0,041	14,7
Rio Grande do Norte	0,618	0,702	- 0,143	0,069	13,6
Sergipe	0,607	0,687	- 0,157	0,055	13,2
Pernambuco	0,614	0,692	- 0,153	0,059	12,6

Fonte: IPEA, 2003.

3.2. Sistema de Inovação do Estado do Ceará: um esboço e alguns indicadores

Um dos maiores desafios a ser enfrentado, referente à incorporação de atividades de CT&I (Ciência, Tecnologia e Inovação), é o que tange à ordem institucional. O país passa por uma transição em seu marco institucional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Esta transição requer a incorporação de novos atores e arranjos institucionais que venham juntar-se às estruturas típicas de Ciência e Tecnologia. No que concerne aos desafios institucionais, apresentam-se comumente quatro conjuntos de questões principais a serem enfrentadas:

- i. “Entendimento do que significa a construção de sistemas de inovação e seus diversos componentes – arranjos locais, regionais, setoriais, cadeias etc.;
- ii. Identificação do que vem a ser uma integração dos vários atores que compõem os sistemas de inovação, visando a sua articulação progressiva;
- iii. Revisão das funções públicas do Estado no que tange às ações e políticas voltadas a CT&I;
- iv. Proposição do que vem a ser a nova agenda para Ciência, Tecnologia e Inovação, dentro do contexto nacional...” (Rocha, 1998).

Quanto ao Ceará, a questão central é a identificação de formas organizacionais mais apropriadas para o surgimento e a difusão de novas tecnologias, visando assim, no caso das vendas do Estado para o setor externo, a busca de ganhos de competitividade. Nesse contexto, o Ceará enfrenta sérias dificuldades no que se refere a um Sistema de Inovação imaturo, o que acaba por impedir o avanço de vários de seus programas. No que se refere ao comércio exterior, sabe-se que o Estado apresenta algumas claras vantagens em relação às suas vendas externas, salientando-se, dentre estas, o fácil acesso marítimo via nova infra-estrutura portuária e atividades exportadoras em alguns setores de demanda internacional dinâmica. No entanto, a pauta das exportações cearenses é claramente caracterizada pela predominância de setores de baixa intensidade tecnológica com participação ainda tímida de setores de média intensidade.

Resultados recentes (CNPQ, 2002 e MCT,2002) mostram uma considerável queda na participação dos gastos em C&T da região Nordeste, que, em 1991 representavam 0,75% da receita total, e, em 1997, passa a participar com apenas 0,54%. Neste contexto o Estado do Ceará vem mostrando um avanço na distribuição de seus recursos, contabilizando um aumento em seus dispêndios em Ciência e Tecnologia. Em 1991, a participação nos dispêndios em C&T representavam apenas 0,07% da receita do Estado, evoluindo para 0,79% em 1997. Além disso, os investimentos realizados em bolsas e fomento à pesquisa em relação ao PIB apresentam uma tendência de queda na Região Nordeste como um todo. Nesse caso, o mesmo indicador para o estado do Ceará

apresenta a mesma tendência decrescente, acompanhando o comportamento para o país como um todo.

No esforço de recuperar a diferença com relação a outros estados do Brasil ou mesmo do Nordeste, e fortalecer o Sistema de Inovação no Ceará, ressalta-se o papel desempenhado pela Secretaria da Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará (SECITECE) no empenho em coordenar os esforços e a aplicação do conhecimento no Estado.

A estrutura de Ciência e Tecnologia do Estado, composta pelas Universidades Estaduais e os Institutos Tecnológicos, encontrava-se (até o final da década de 80) dispersa em várias Secretarias, necessitando, portanto, de uma coordenação mais apropriada. Essa necessidade gerou a criação, em 1993, da Secretaria da Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará – SECITECE que integra a estrutura do poder executivo do Estado.

Além da Secretaria da Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará (SECITECE), o Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia é hoje composto pelas universidades estaduais: Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Regional do Cariri (URCA) e Universidade Vale do Acaraú (UVA); pela Fundação Núcleo de Tecnologia do Estado do Ceará (NUTEC) e pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP, órgãos vinculados à SECITECE. Além destes, fazem parte do sistema o Instituto Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC) uma organização social que mantém contrato de gestão com o Governo do Estado para a prestação de serviços nas áreas de qualificação profissional, extensão tecnológica e pesquisa e o Instituto do Software do Ceará (INSOFT), direcionado para o fortalecimento da cadeia produtiva de tecnologia da informação do Estado.

De um modo geral, quando se analisam as atividades das instituições aqui salientadas, o Sistema de Inovação do Ceará apresenta-se com um nível muito baixo de maturidade. Pela avaliação das atuações das instituições que integram o Sistema Estadual de Inovação, percebe-se um esforço das autoridades do Governo do Estado no sentido de recuperar o atraso. Verifica-se que a maior parte das instituições aqui apresentadas foi criada e/ou fortalecida a partir dos anos 1990. Chama-se atenção para o papel articulador da Secretaria de Ciência e Tecnologia que congrega as ações das instituições de apoio a ela vinculadas.

No que se refere ao ensino superior, sua ampliação deveu-se essencialmente à expansão de vagas na esfera privada e à recente criação do CEFET resultado da evolução da Escola Técnica Federal do Ceará. A maior universidade, bem como a mais ampla atuação na pesquisa, ainda é a Universidade Federal do Ceará e também a que capta mais recursos dos órgãos locais e nacionais de fomento. Vale salientar que se detecta, nesse caso, uma sinergia positiva uma vez que boa parte inclusive das bolsas para Mestrado e Doutorado desta instituição federal advém de recursos do Estado.

Isso posto, pode-se considerar que no Ceará existem, mesmo que incipiente, os referidos processos de *Regularização*, de *Viabilização* e de *Implementação de Inovações* que fazem parte do seu Sistema Estadual de Inovação.

4. Evolução do Comércio Exterior do Ceará nos anos recentes: um panorama para 2001.

Os últimos anos apresentaram mudanças significativas nos resultados revelados pelo comércio exterior cearense. A taxa simples de cobertura de suas importações agregadas cresceu 50% saindo de 0,56 em 1997 para 0,84 em 2001. O *grau de abertura* da economia cearense multiplicou por dois no período de 1997 a 2000, expressando o crescimento de seu comércio exterior bem superior ao ocorrido para o PIB. No que se refere ao movimento das importações e exportações relativas à Região como um todo, observa-se que a participação das exportações registrou um aumento de 41% enquanto a participação das importações caiu em cerca de 20%. Esse resultado leva a que a contribuição ao saldo da balança comercial do Nordeste, resultante do comportamento do comércio cearense que era negativa até o ano 2000, passe a ser positiva em 2001, referendando a redução gradativa do déficit durante o período. Esse mesmo resultado é reproduzido na participação do saldo da balança comercial do Estado no total de seu comércio mundial que teve seu valor negativo reduzido em 70%. O *Market Share* (*participação no mercado externo da Região*) do Estado permaneceu praticamente com o mesmo valor e, como consequência dos indicadores acima, a TCM (relativa à região) quase dobrou no período referido (Tabela 7).

Em nível de setores (grupos de produtos) esse resultado se apresenta com algumas especificidades que serão apresentadas a seguir.

Tabela 7
Desempenho Revelado pelo Comércio Exterior do Ceará (1997 – 2001)

Ano	(X_{ce} / M_{ce})	CSBC _{ce/ne}	X_{ce} / X_{ne}	M_{ce} / M_{ne}
			Totce/totne	totce/totne
1997	0,5621	-6,3669	0,0891	0,1528
1998	0,5858	-6,4285	0,0955	0,1598
1999	0,6473	-5,2069	0,1106	0,1627
2000	0,6898	-2,6484	0,1230	0,1497
2001	0,8454	0,4331	0,1260	0,1216
Ano	SBC _{ce} / $(X_{ce} + M_{ce})$	TCM	MS	
1997	-0,2804	0,5833	0,1216	
1998	-0,2612	0,5976	0,1280	
1999	-0,2141	0,6798	0,1373	
2000	-0,1836	0,8217	0,1375	
2001	-0,0838	1,0360	0,1236	

Fonte: SECEX / MDIC, 2002. Elaboração própria.

Legenda: csbc: contribuição ao saldo da balança comercial. Xce: total das exportações cearenses. Xne: total das exportações nordestinas. MS: Market Share. Mce: total das importações cearenses. TCM: taxa de cobertura das importações. Mne: total das importações cearenses. SBCce: saldo da balança comercial cearense.

4.1. Grupo de setores responsável por 90% das exportações cearenses em 2001

Onze setores (ou grupo de produtos) foram responsáveis por 90% das exportações do Ceará em 2001; destes, 7 (sete) já eram considerados principais setores de exportação em 1996: *Frutas, algodão e tecidos de algodão, Peixes e crustáceos, Gorduras, óleos e ceras, Peles exceto a peleteria, Calçados, Vestuários e acessórios, exceto de malha*. No entanto a posição no ranking muda. *Frutas* caiu uma posição (1^a para 2^a), *Algodão* passou da segunda para a terceira posição, *Peixes* perdeu duas posições, *Gorduras* passou de quarto lugar para sexto, *Vestuários e outros acessórios, exceto de malha* sai da 9^a para a sétima posição, *Peles* sobe duas posições (6^a para 4^a) e *Calçados* passa da sétima posição para a primeira. Este último resultado configurou-se na mais forte mudança no período.

Pode-se considerar que, desprezando os aspectos individuais, de uma forma geral, estes setores permaneceram competitivos no período. Os desempenhos destes, isoladamente, têm razões diferenciadas: enquanto *Frutas e Algodão* são setores considerados tradicionais na pauta cearense de exportação, o setor de *Calçados* torna-se importante a partir de 1997 quando surgiram mais propriamente os resultados das

políticas de incentivos para esse setor. Isso resulta em um aumento de cerca de nove vezes em sua participação na pauta cearense no período de 1996 a 2001. O setor *Peles* passou de uma participação de 2,58% para 12,78% nas exportações do Ceará (Tabela 8).

Quatro novos setores surgiram como principais ao se compararem com 1997: *Obras de couro, Tratores e veículos* (nos anos mais recentes), *Obras de pedras e Gomas e resinas* que chegam a 2001 com mais de 1% das exportações cearenses, (exceto *Gomas* com exatamente 1%). Esses setores claramente expressam um ganho de competitividade revelada. Todos os setores do conjunto aqui apresentados contribuem positivamente para o saldo balança comercial nordestina do setor. Seis (6) destes representam mais de 50% das exportações do setor pela Região e, dentre estes, 3 (três) representam quase a totalidade das exportações do Nordeste (mais de 95%).

4.2. Setores cearenses cujas exportações cresceram no período 1997 -2001.

Do grupo de principais setores de exportação, apenas *Frutas; Gorduras animais ou vegetais e Gomas, resinas* não apresentaram crescimento de suas vendas para o exterior no período analisado, com decréscimos de 28%, 46% e 21% respectivamente. Para os demais, salientam-se os expressivos crescimentos de *Obras de couro, Peles, Tratores e veículos terrestres, Calçados e Algodão e tecidos de algodão*. Os setores, cujas exportações cresceram entre 1997 – 2001, são responsáveis por 4,7% das exportações cearenses no último ano da série, retiradas as participações daqueles já denominados de principais setores.

Analisando o (IVX) índice de valor das exportações (Tabela 9) dos setores cearenses, verifica-se que um total de 33 (trinta e três) apresentou crescimento em suas exportações. Dentre estes, *Tecidos de malha; Filamentos sintéticos ou artificiais; Tratores e veículos terrestres; Pérolas naturais ou pedras preciosas; Bebidas; Instrumentos e aparelhos de ótica; Indústria de moagem; Sal, cal e cimento; Preparações de hortícolas; Matérias de trançaria; Máquinas e aparelhos mecânicos; Produtos cerâmicos e Obras de pedras*, já vinha apresentando um comportamento diferenciado desde o primeiro período aqui analisado (1991-1997). Nenhum destes setores chega ao ano de 2001 com uma representação de mais de 1% da pauta cearense. As razões são as mais diversas: desde o baixo valor agregado (como para *Sal, Matérias de trançaria, etc.* assim e para grande parte dos produtos dos demais setores) como pelo

fato destes grupos de produto estarem ainda apenas despontando no comércio exterior do Estado (Tabela 9).

Tabela 8
Ceará - Setores Responsáveis por 90% das Exportações (2001)
(ranking pela participação do setor na pauta – DSX)

Denominação	$X_{setce}/X_{ce}(\%)$	$X_{setce}/X_{setne}(\%)$	$csr_{ce/ne}$	X/M	TCM	MS (%)	$csbc_{ce/ne}$
Calçados e artefatos semelhantes	20,20	74,07	5,88	34,02	1,05	73,97	0,39
Frutas	19,08	43,27	3,44	178,88	4,55	42,43	3,27
Algodão	16,56	69,99	5,56	2,88	1,58	60,89	23,52
Peles, exceto a peleteria	12,78	57,82	4,59	17,08	2,25	54,07	13,26
Peixes e crustáceos	12,54	34,31	2,72	244,47	33,22	30,33	14,02
Gord.animalis ou veg.	3,42	33,18	2,63	12,63	5,27	25,26	22,33
Vestuário e aces., exc.de malha	1,33	41,97	3,33	12,73	1,87	39,48	8,70
Obras de couro	1,09	99,14	7,87	3,84	1,55	89,05	28,76
Tratores veículos terrestres	1,07	95,51	7,58	2,08	178,82	1,63	4,32
Obras de pedras	1,01	34,51	2,74	16,23	8,68	23,87	27,73
Gomas, resinas	0,92	97,51	7,74	930,18	270,52	75,62	67,83

Fonte: SECEX / MDIC, 2002. Elaboração própria.

Legenda: Xsece: exportações cearenses do setor. Xce: total das exportações cearenses. Xsetne: exportações nordestinas do setor. $csr_{ce/ne}$: coeficiente de especialização relativa do setor cearense relativo ao nordeste.

Apesar das observações acima, pode-se ainda assim inferir um *ganho de competitividade* para esses setores, mesmo que ainda não concretizado. Esse resultado pode ser salientado quando se examina a CSBC desses setores para o Nordeste: apenas quatro, dos treze setores mencionados, mostraram um valor positivo para este indicador: *Instrumentos e aparelhos de ótica* (12,8); *Indústria de moagem* (3,6); *Sal, cal e cimento* (2,6) e *Máquinas e aparelhos mecânicos* (0,54). Ainda considerando este conjunto, o Ceará é praticamente o único responsável pelas exportações de *Tecidos de malha* e *Tratores e veículos terrestres*, com 91% e 96% das exportações nordestinas destes setores respectivamente (Tabela 9).

4.3. Principais produtos e parceiros das exportações cearenses em 2001

Nesta seção apresentam-se os principais produtos de exportação cearense. Acha-se necessário esse nível de desagregação para se captar, de forma mais precisa, as especificidades relativas aos setores localizados no Estado, análise esta impossibilitada quando se trabalha no nível de agregação até aqui apresentado. Como exemplo, citamos o fato de que o setor de *Calçados* supera o setor de *Frutas*, onde está inserido a

castanha de caju, principal produto de exportação cearense. Os resultados para a exportação de 2001 estão apresentados na Tabela 10.

Tabela 9
Ceará - Setores cujas exportações cresceram no período 1997 – 2001 (IVX 1997 =100)

Setores	IVX (97=100)	Xset/Xce	X/M	setce/setne	csrce/ne	MS	TCM	csbc01
Outros metais comuns	2334011,11	0,0004	2,28	0,77	6,08	0,03	76,30	8,52
Prep/ções alimentícias	113703,09	0,0014	1,57	0,64	5,06	0,27	4,58	37,85
Obras de couro	31844,84	0,0109	3,84	0,99	7,87	0,89	1,55	28,76
Papel e cartão	13973,08	0,0000	0,00	0,00	0,00	0,09	0,00	-19,39
Máq. aparelhos e material elétricos	4512,27	0,0022	0,01	0,03	0,20	0,25	0,09	-11,29
Móveis	4114,64	0,0021	7,06	0,15	1,22	0,08	8,63	13,42
Café, chá, mate	3557,44	0,0015	56,96	0,02	0,17	0,02	3,93	0,38
Tecido de malha	3422,58	0,0053	0,27	0,91	7,20	0,98	0,91	-6,40
Peles, exceto a peleteria	2456,75	0,1278	17,08	0,58	4,59	0,54	2,25	13,26
Obras diversas	2101,04	0,0001	0,42	0,27	2,17	0,23	1,29	4,51
Brinquedos	2066,32	0,0000	0,02	0,02	0,12	0,04	0,38	-0,52
Filamentos sint. ou artif.	1753,55	0,0002	0,01	0,01	0,11	0,38	0,03	-22,91
Vidro e suas obras	1179,14	0,0001	0,02	0,03	0,27	0,34	0,08	-21,97
Tratores veículos terrestres	746,93	0,0107	2,08	0,96	7,58	0,02	178,82	4,32
Alumínio e suas obras	475,64	0,0006	0,03	0,00	0,01	0,02	0,02	-5,44
Tapetes e outros revest.	383,46	0,0000	0,01	0,00	0,00	0,02	0,00	-6,75
Outros artef. têxteis confec.	367,66	0,0085	13,04	0,12	0,93	0,12	0,70	-0,97
Pérolas naturais ou pedras preciosas	322,11	0,0001	0,32	0,00	0,01	0,00	0,01	-0,92
Calçados e artefatos semelhantes	301,37	0,2020	34,02	0,74	5,88	0,74	1,05	0,39
Obras diversas de metais comuns	284,45	0,0021	10,16	0,07	0,54	0,06	1,67	1,32
Bebidas	270,84	0,0008	1,31	0,03	0,23	0,03	0,89	-0,33
Algodão	204,09	0,1656	2,88	0,70	5,56	0,61	1,58	23,52
Instrumentos e aparelhos de óptica	193,90	0,0067	0,34	0,68	5,37	0,17	5,08	12,79
Indústria de moagem	193,67	0,0008	0,34	1,00	7,94	0,04	36,01	3,56
Sal, cal e cimento	182,54	0,0023	18,29	0,03	0,27	0,02	9,03	2,63
Instrumentos musicais e acessórios	169,35	0,0000	0,01	1,00	7,94	0,91	1,10	0,20
Peixes e crustáceos	155,38	0,1254	244,47	0,34	2,72	0,30	33,22	14,02
Preparações de hortícolas	154,59	0,0069	3,31	0,24	1,92	0,26	0,68	-6,52
Mat. Trançaria	141,27	0,0002	#DIV/0!	0,26	2,06	0,26	#DIV/0!	0,00
Máquinas e aparelhos mecânicos	132,65	0,0051	0,04	0,17	1,36	0,12	1,43	0,54
Prod. Cerâmicos	129,43	0,0000	0,19	0,02	0,13	0,03	0,56	-0,99
Obras de pedras	127,48	0,0101	16,23	0,35	2,74	0,24	8,68	27,73
Vestuário e aces., exc. de malha	115,79	0,0133	12,73	0,42	3,33	0,39	1,87	8,70

Fonte: SECEX / MDIC, 2002. Elaboração própria. Legenda: IVX: índice de valor das exportações.

Xsece: exportações cearenses do setor. Xce: total das exportações cearenses. Xsetne: exportações nordestinas do setor. Csr_{ce}: coeficiente de especialização relativa do setor cearense relativo ao nordeste.

Vinte e nove produtos são responsáveis em 2001 por 90% das exportações do Ceará. A alta concentração da pauta, já aludida em vários momentos deste relatório, é aqui visualizada de forma mais precisa: *Castanha de caju*, primeiro no *ranking* naquele ano (17% das exportações), participa com mais de duas vezes e meia o valor das exportações de *Lagosta* (7%), quinto lugar na pauta. Apenas 9 (nove) produtos

respondem por 70% do total das exportações cearenses e 5 (cinco) por mais de 50%. Os 8 (oito) principais produtos pertencem aos 5 (cinco) principais setores: *Frutas; Algodão e tecidos de algodão; Calçados; Peixes e crustáceos e Peles.*

Tabela 10
Ceará - Principais Produtos de Exportação: Participação na Pauta (DSX) 2001

Descrição NCM	DSX
Castanha de caju, fresca ou seca, sem casca	0,1668
Tecido de algodão%, fio color.denim, índigo, p>200g/m2	0,1130
Outros calçados de couro natural	0,0865
Outs.couros/peles, de bovino/equideo, prepar. Plena flor	0,0729
Lagostas (palinurus, panulirus e jesus) congeladas	0,0652
Camarões congelados	0,0587
Calçados de borracha/plast.c/parte super.em tiras, etc.	0,0574
Couro/pele bovina, prepar.apos curtim. plena flor, c/acab.	0,0357
Ceras vegetais	0,0335
Outros calçados de couro natural, cobrindo o tornozelo	0,0238
Melões frescos	0,0215
Outros calçados de couro natural e sola exterior de couro	0,0121
Outras obras de couro natural ou reconstituído	0,0107
Outros freios e suas partes, p/tratores/veic.automóveis	0,0106
Outs.tecidos de algodão>=85%, fio color.denim, p>200g/m2	0,0103
Outs.couros/peles, de bovino, prepar.apos curtim.c/acabam	0,0101
Fio algodão>=85%, cru, simpl.fibra n/pent.192.3<=t<232.5d	0,0094
Sucos e extratos, de outros vegetais	0,0092
Calças, jardineiras, etc. de algodão, de uso feminino	0,0084
Fio algodão>=85%, cru, simpl. Fibra pent.192.3d<=t<232.56d	0,0083
Outros calçados impermeav. de borracha/plast. sem costura	0,0080
Fio algodão>=85%, simples, fibra pent.232.56d<=t<714.29d	0,0078
Artigos para acampamento, de algodão	0,0065
Consumo de bordo - combustíveis e lubrif.p/aeronaves	0,0065
Outros contadores monofásicos, p/corr.eletr. alternada	0,0063
Aparelhos p/cozinhar/aquecer, de ferro, etc.combustiv.gás	0,0061
Placas/folhas ou tiras, de mica aglomerada/reconstituída	0,0059
Outros calçados de borracha ou plástico	0,0053
Fio de fibras de poliésteres com algodão	0,0050
Outros tecidos de malha de algodão	0,0048
Total Principais Produtos	0,9000

Fonte: SECEX / MDIC, 2002. Elaboração própria.

Ao se contabilizarem as empresas exportadoras cearenses, a concentração fica ainda mais evidente. Apenas 261 (duzentos e sessenta e uma) empresas respondem pelo total das exportações do Ceará, destas 2 (duas) exportam mais de US\$ 50 milhões em 2001 e quase a totalidade (193) vendem para o exterior um valor abaixo de US\$ 1 milhão. Vale salientar que, além do Estado possuir uma pauta altamente concentrada em produtos, isso se reproduz para as empresas: os principais produtos são exportados por um número bastante reduzido de empresas (Fontenele e Melo, 2003).

A pauta de exportações cearenses mostra-se concentrada em todos os níveis. Apenas 29 produtos são responsáveis, em 2001, por 90% do valor das vendas para o exterior. Nesse percentual o Estado vende para apenas 19 (dezenove países). Essa concentração é referendada também no interior desse conjunto: para a grande maioria dos produtos existe um parceiro que determina a demanda. No caso da *Lagosta*, por exemplo, os Estados Unidos compram 99% das exportações do Ceará.

Para o conjunto de principais setores aqui classificados, os Estados Unidos representam 45% das vendas do Ceará para o exterior e, dentre os principais produtos, constitui-se no principal destino de 13 (treze) destes (Fontenle e Melo, 2003).

Aliada à concentração, elemento que fragiliza uma consistência da política de comércio, está a presença de importantes parceiros que, nos últimos anos, vem apresentando uma forte redução da demanda consequência de recentes crises, como é o caso da Argentina, segundo parceiro cearense em importância de valor em 2001. No último ano registrou-se uma queda de quase metade das exportações do Ceará para este país. Soma-se a isso o fato de que é exatamente para os países menos desenvolvidos e, portanto mais frágeis, aos quais se destina a maioria dos produtos mais elaborados.

Esse quadro se complica quando se verifica que os países mais desenvolvidos são também aqueles que mais barreiras impõem para a compra de produtos oriundos do setor primário, exatamente no setor onde estão os produtos de maior penetração nestes mercados. Essa configuração pode então se revelar, sem sombra de dúvidas, em um empecilho para a expansão das exportações do Estado.

5. Notas conclusivas

O resultado de comércio internacional, da forma que aqui foi expresso na verdade é fruto de uma conjunção de determinantes de várias origens. Dentre eles, destacam-se, em nível da economia interna, aqueles de caráter essencialmente empresarial, os de expressão de competitividade setorial e os de ordem essencialmente sistêmica. O Ceará nunca foi, em sua história, um Estado de característica exportadora. No entanto, os últimos anos da década passada parecem indicar que uma cultura exportadora poderia ser induzida por decisões de política econômica mesmo que aparentemente tímidas.

Os primeiros resultados parecem já estabelecidos, pois, setores antes não tradicionais de exportação, surgiram nos últimos anos e outros apresentaram um crescimento das vendas ao exterior de forma sistemática, no período analisado. Visto pelo lado dos grupos de produtos (aqui denominados de *setores*) algo novo se expõe: o setor de *Calçados e artefatos semelhantes*, indústria incentivada pela política estadual, desponta como primeiro na pauta deslocando o setor de *Frutas* onde está inserida a *castanha*, ainda o principal produto de exportação do Estado. No setor *Peixes e Crustáceos*, o bom desempenho se deve à exportação de *camarão*, praticamente igualado à participação da *lagosta* que antes era o principal produto do setor.

Pelo tipo de produtos exportados pelo Ceará, sabe-se que grande parte do sucesso das vendas se deve à disposição real de compra por parte de seus parceiros. Sabe-se também que uma grande concentração em poucos parceiros também pode gerar uma dificuldade de venda pelas posições tomadas por esses compradores diante da oferta de produtos. Muitas vezes as condições internas são propiciadas, há esforço em todos os ângulos acima mencionados (empresarial, setorial e sistêmico), mas, as possibilidades de expansão das vendas esbarram na criação de barreiras das mais variadas espécies.

Para os principais setores exportadores cearenses aqui selecionados por indicadores de competitividade revelada identifica-se, quanto aos **fatores**, a predominância daqueles intensivos em recursos naturais e em mão-de-obra, caracterizando claramente uma especialização do Estado em produtos que se apóiam em vantagens comparativas clássicas.

No que se refere à **intensidade em P&D**, identifica-se a predominância de setores de baixo e médio gasto em pesquisa e desenvolvimento. A pauta das exportações cearense é claramente caracterizada pela predominância de setores de baixa intensidade tecnológica com participação recente, e ainda tímida, de setores de média intensidade.

Esses resultados poderiam nos levar a crer que o aparelho industrial produtivo cearense não demanda infra-estrutura científico-tecnológica que justificasse dispêndios significativos nessa área, de certa forma validando a situação apresentada pelos indicadores do Estado. A realidade cearense exposta mostra que seria impossível uma mudança significativa na pauta de exportação em direção a produtos com maior conteúdo tecnológico.

Torna-se necessário lembrar que os setores industriais exportadores que despontam no Ceará, nos anos recentes, foram aqueles estimulados pela política industrial implementada pelo governo do Estado que, de alguma forma, buscou potencializar determinadas vantagens comparativas do Ceará, como exemplo, cita-se o setor de *calçados*. Obras de infra-estrutura, como a portuária (Porto de Pecém, recentemente inaugurado), podem ser consideradas sinalização para futuro impulso à atividade exportadora no Estado.

Pela análise da performance do comércio exterior aqui apresentado e pelo desempenho da indústria nesse período, identificam-se alguns fatores sistêmicos que limitam o desenvolvimento social. Constata-se, inicialmente, um crescimento desigual dos setores produtores cearenses expondo a fragilidade de nossa estrutura produtiva no sentido macroeconômico além do alto nível de pobreza do Estado (49% da população cearense encontram-se abaixo da linha de pobreza considerada pelo Banco Mundial). Sabe-se que nenhuma política que vise exclusivamente incentivos fiscais às empresas levará a um resultado sustentável em termos de criação da desejada cultura exportadora. Nesse sentido, a melhoria das questões sociais que leve a um avanço da qualidade de vida da principal vantagem do Estado (o fator mão de obra) deve obrigatoriamente se impor como prioridade máxima.

Identifica-se então uma alta probabilidade de fazer valer a relação de causalidade que descreveria um círculo virtuoso no Ceará: a partir de estímulos à exportação o crescimento do produto, o qual traria a necessidade do fortalecimento do Sistema de Inovação, necessário para o aumento da competitividade que levaria à expansão das exportações e assim por diante....

6. Bibliografia

- ALBUQUERQUE, E. da Mota (1995), Sistema de Inovação, Acumulação Científica Nacional e o aproveitamento de “janelas de oportunidade”: Notas sobre o caso brasileiro. Dissertação de Mestrado Belo Horizonte: CEDEPLAR, mimeo.
- BALASSA, B. (1965): Trade Liberation and Revealed and Comparative Advantage in *The Manchester School of Economics and Social studies*, No 33.
- BALASSA B.(1977), “Revealed Comparative Advantage Revisited”, *Manchester School*, dezembro.
- CNI (1998): Desempenho Exportador da Indústria Brasileira, Rio de Janeiro, CNI/PEC.
- FONTENELE, A M e MELO, M C. (2003) Sistema Estadual de Inovação e Desempenho externo: Uma Análise das potencialidades de crescimento do Estado do Ceará. Relatório de Pesquisa, CNPq/FUNCAP.
- FONTENELE, Ana M., MELO, Maria Cristina P. e DANTAS, A.L A. (2001) Inserção Internacional da Região Nordeste do Brasil: reações às políticas de incentivos e transformações recentes. *Revista Econômica do Nordeste*. v.32, n.3 p.366-87. Fortaleza: Banco do Nordeste.
- FONTENELE, A M, MELO, M C. e ROSA, A L. Competitividade da Indústria Nordestina: Uma Análise Sistêmica. Fortaleza: UFC/SUDENE.
- GUIMARÃES, E.P (1997), Evolução das Teorias do Comércio internacional, *Série Estudos em Comércio Exterior*, vol 1, nº 2, ECEX/UFRJ, Rio de Janeiro.
- HAGUENAUER, L., FERRAZ, JC.; KUPFER, D e (1996): *Competição e Internacionalização da Indústria*. in BAUMANN, R. (org) (1996): O Brasil e A Economia Global, Rio de Janeiro: Campus: SOBEET.
- IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) (2002): Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores Brasileiros. Brasília: IPEA.
- IPLANCE (Instituto de Planejamento do Estado do Ceará) (2002). Panorama Econômico e Social do Estado do Ceará, Principais Indicadores Econômicos e Sociais no Ceará: Disponível em: www.iplance.ce.gov.br. Vários acessos.
- IPLANCE/SEPLAN/SECITECE, (2003), Indicadores de Ciência e Tecnologia para o Estado do Ceará: Em CD-ROM.
- KRUGMAN P. & OBSTFELD M.(2001), *International Economics*, Harper – Collins.
- LAFAY G. (1987), “Avantage Comparatif et Competitivité “, *Economie prospective internationale*, n 29, Revue du CEPPII, Paris, La documentation française.
- MCT (2002). Disponível em www.mct.gov.br. Vários acessos.
- ROCHA, I. Neto, (1998), Formação de Agentes de Inovação e Difusão Tecnológica. in REN – Revista econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 29, n 4, p. 429-447, out-dez 1998.
- _____, (1998) Sistemas Locais de Inovação dos Estados do Nordeste do Brasil, mimeo.
- ROSENTHAL, David. (1995), Capacitação Tecnológica: Uma sugestão de arcabouço conceitual de referência, mimeo
- SACHS, J. e WARNER, A. Economic Reform and the Process of Global Integration. *Brooking Papers on Economic Activity*,
- SEFAZ-CE (Secretaria da Fazenda do estado do Ceará) (2002). Disponível em www.sefaz.ce.gov.br. Vários acessos.